

Copyright 2004, Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP

Este Trabalho Técnico Científico foi preparado para apresentação no 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás, a ser realizado no período de 2 a 5 de outubro de 2005, em Salvador. Este Trabalho Técnico Científico foi selecionado e/ou revisado pela Comissão Científica, para apresentação no Evento. O conteúdo do Trabalho, como apresentado, não foi revisado pelo IBP. Os organizadores não irão traduzir ou corrigir os textos recebidos. O material conforme, apresentado, não necessariamente reflete as opiniões do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, Sócios e Representantes. É de conhecimento e aprovação do(s) autor(es) que este Trabalho será publicado nos Anais do 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás

As motivações para a integração energética (com ênfase no gás natural) na América do Sul: a abordagem dos ganhos tradicionais e não-tradicionais.

Victorio Oxilia, Murilo Werneck Fagá

Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia – Universidade de São Paulo
(PIPGE/USP); Av. Prof. Luciano Gualberto, 1289, CEP 05508-010, São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (011) 3091 2657 – Fax: (011) 3816 7828
victorio@iee.usp.br; murfaga@iee.usp.br

Resumo – O presente trabalho tem o intuito de mostrar brevemente os ganhos tradicionais e não tradicionais, no marco das teorias de integração regional, que provém de um processo de integração energética (com ênfase no gás natural) dos países da América do Sul com tradição ibérica (países da CAN e do MERCOSUL + Chile). Identifica-se que entre os ganhos se tem, por exemplo, a otimização na exploração e uso eficiente do gás natural na região, posto que existem grandes reservas desse recurso nos países da CAN e um grande potencial de consumo em todos os países (o uso do gás natural ainda não está amplamente difundido, em comparação com Estados Unidos de América, Europa ou Japão). Além do mais, mostra-se que um avanço no processo de integração regional traz consigo um incremento de credibilidade dos países envolvidos e uma redução de riscos de “inconsistência temporal” de políticas, o que constitui uma sinalização positiva para o capital privado. Destaca-se também a necessidade de refletir sobre o modelo de integração energética; deve buscar-se um modelo no qual os benefícios sejam distribuídos de maneira mais equitativa entre os povos, priorizando assim o desenvolvimento socioeconômico da região em seu conjunto.

Palavras-Chave: integração energética; gás natural;

Abstract – This paper intends to explain traditional and non-traditional gains (taking into account the theories of Regional Trade Agreements) from energy integration (in particular, the natural gas) among the South American countries with iberic tradition (members of CAN and MERCOSUL + Chile). Among the gains, this paper highlights the more efficient exploitation and use of natural gas in the region. In fact, it exists a huge volume of certificated reserves in the CAN countries and, in the other hand, all the countries have a high potential to expand the demand (the level of use of natural gas is still very low in South America, in comparison with USA, Europe or Japan). Moreover, the advance in a regional integration process results in a increase of credibility of the involved countries and it might reduce the risks of “time inconsistency” concerning the policies and this is a positive signal for private investments. The need to reflect in a new energy integration model is remarked as well. The energy integration must distribute the gains in a more equitative way, prioritizing the social and economic development of all the countries of the region.

Keywords: Energy integration; natural gas; Comunidade Andina de Nações; MERCOSUL

1. Introdução

O presente trabalho tem o intuito de apresentar as motivações para impulsionar um processo de integração energética, por meio do gás natural, entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) + Chile e a Comunidade Andina das Nações (CAN). Estes dois blocos sub-regionais, que agregados abrangem quase todo o subcontinente sulamericano¹, realizam, em especial desde fins do século XX, um esforço no sentido de se aproximarem numa integração não apenas intra-blocos, mas também inter-blocos.

A Comunidade Andina de Nações foi criada pelo Acordo de Cartagena de 1969 e está constituída por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. O MERCOSUL, integrado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, foi criado pelo Tratado de Assunção de 1991. Chile e Bolívia possuem Acordos de Complementação Econômica com o MERCOSUL, e desde fins de 2003 também o Peru. Por conseguinte, quase a totalidade dos países sulamericanos de tradição ibérica (a exceção de Chile, que não pertence a nenhum acordo sub-regional) estão de alguma maneira imersos em processos de integração regional, seguindo a via categorizada como a “*second best option*” na visão vinneriana da economia internacional (Vinner, 1950), que privilegia o multilateralismo como a melhor opção para o comércio internacional.

Cabe citar, como antecedente histórico, a proposta do governo brasileiro de criar a Área de Livre Comércio Sulamericana (ALCSA), em 1993. Esta proposta deveria ter como eixo central de ação o MERCOSUL (Cf. Almeida, 2000:17). Porém, diversos elementos tais como: a crise econômica e financeira da maior parte dos países da América do Sul em meados da década de 1990, a pressão do governo de Bill Clinton para acelerar a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) até 2005 e o relativo sucesso de negociações bilaterais, em detrimento das negociações regionais, produziu uma diluição desta proposta antes de terminar o século XX. Além do mais, o MERCOSUL recebeu um dos maiores golpes à trajetória comercial que estava percorrendo com a desvalorização do Real em janeiro de 1999 (segundo Faria & Cepik, 2003).

Ainda com as dificuldades de estabelecer acordos comerciais regionais inter-blocos chegou-se, após seis anos de negociação, a um Acordo de Complementação Econômica CAN - MERCOSUL, em 2004. Este acordo, de teor predominantemente comercial, renova o ímpeto de uma integração regional e traz consigo novos elementos nas negociações no âmbito hemisférico. Embora alguns especialistas (Faria & Cepik, 2003) apontam diversos percalços no processo de integração regional sulamericana, principalmente nos aspectos comerciais, é inegável que o processo continua avançando, talvez não na velocidade almejada na passada década.

No que se refere aos projetos de integração energética, pode-se distinguir duas fases históricas na região, tendo como critério o grau de participação dos Estados: uma primeira fase, desde a década de 1970 até fins da década de 1980, que se caracteriza por uma forte participação dos Estados em projetos predominantemente do setor elétrico; e uma segunda fase, que se inicia com grande impulso na década de 1990 e continua até o presente -mas com ânimos reduzidos - na trilha aberta pelas reformas estruturais realizadas no setor energético na maior parte dos países da região. Nesta fase é notável o avanço dos projetos que envolvem o gás natural.

Entre os projetos da primeira fase, mencionam-se os seguintes exemplos (OLADE & Mercados Energéticos, 2003): o gasoduto entre Bolívia e Argentina, que operou para abastecer Argentina de gás natural boliviano desde 1972 até 1999 e que está operando novamente com o mesmo fluxo desde o ano 2004; a usina hidrelétrica binacional (Argentina/Uruguai) de Salto Grande, no rio Uruguai, que opera desde fins da década de 1970; a usina hidrelétrica binacional (Brasil/Paraguai) de Itaipu, que opera desde meados da década de 1980; a usina hidrelétrica binacional (Argentina/Paraguai) de Yacyretá, que opera - com capacidade reduzida - desde inícios da década de 1990; as interconexões por meio de linhas de transmissão associadas às usinas hidrelétricas binacionais e outras menores que interconectam Paraguai-Argentina, Brasil-Uruguai e Paraguai-Brasil.

Durante a segunda fase, realizaram-se projetos com diversos graus de participação de empresas privadas. Entre os exemplos mais importantes, conforme detalhado por OLADE & Mercados Energéticos (2003), cabe citar: 6 gasodutos entre Chile e Argentina (entre os atores privados, se encontram, entre outros: Methanex e Endesa), que transportam gás natural argentino; 2 gasodutos entre Uruguai e Argentina (entre os atores privados, se encontram a British Gas e Wintershall), que também transportam gás natural argentino; o gasoduto entre Bolívia e Brasil (entre os atores privados e de economia mista, se encontram Petrobrás, Enron e Shell), que transporta gás natural boliviano; também tem-se o novo gasoduto entre Bolívia e Argentina (Madrejones – Campo Durán), que opera desde 2001; a interconexão elétrica entre Brasil e Argentina (entre os atores privados, citam-se: Endesa, Costanera, Dock Sud, CTBB e CIEN) e a interconexão elétrica entre Chile e Argentina, que abastece as indústrias do norte do Chile com energia termoelétrica gerada na Argentina. Também pode ser citado o exemplo da central termoelétrica de Uruguiana, Brasil (operada pela empresa AES), que se abastece com gás natural argentino.

Na região andina, onde a participação estatal continua sendo importante nos projetos internacionais, têm-se as interconexões elétricas entre Colômbia e Venezuela, entre Colômbia e Equador e entre Brasil e Venezuela, na região amazônica. Porém, a soma total das interconexões elétricas entre os países da CAN não chega –em termos de capacidade instalada - ao 6% das existentes entre os países do MERCOSUL e Chile. Ainda, deve ser lembrado que não

¹ No presente estudo, definimos a integração em nível sulamericano o processo que envolve os países sulamericanos com tradição ibérica, por terem uma maior proximidade histórica e política.

existem gasodutos interconectando os países da CAN, a pesar de ser a sub-região com maior quantidade de reservas provadas de gás natural. De fato, os países do Cone Sul possuem maior tradição de integração energética.

Analisando o exposto acima cabe notar a grande experiência em projetos de integração energética que possuem os países do Cone Sul, mas também cabe ressaltar que em todos os casos a abordagem dos projetos foi bilateral sem abertura regional, isto é, restringem-se os benefícios exclusivamente aos países envolvidos.

Neste sentido, seguindo os avanços dos últimos anos no campo das relações comerciais em nível sulamericano (conforme foi visto no item anterior), existe atualmente a tendência de transformar a visão “bilateralista” do passado em uma visão “regionalista”, no que se refere a projetos de infraestrutura. Assim, no ano 2000, o governo brasileiro realizou a proposta da Iniciativa para Integração de Infraestruturas da Região Sul-Americana (IIRSA), que pretende promover a interligação de redes de transporte, telecomunicações, energia, gasodutos e oleodutos. Esta iniciativa, que está atualmente vigente, propõe uma integração que poderá impulsionar, com a criação de infraestruturas, um ambiente mais propício para o desenvolvimento dos acordos comerciais mencionados acima e constitui o antecedente crucial para alavancar uma visão regional da integração energética.

Em seguida, passa-se a analisar os ganhos tradicionais e não tradicionais da integração em nível regional, dentro da visão metodológica da economia internacional e levando em conta a situação das reservas e dos consumos de gás natural nos países da região. Finalmente, serão tecidas algumas considerações finais à guisa de conclusões.

2. As motivações para promover uma integração energética entre a CAN e o MERCOSUL

Ambos acordos de integração regional da América do Sul são coincidentes quanto aos princípios desenvolvimentistas que se propõem. O preâmbulo do Tratado de Assunção e o Acordo de Cartagena são explícitos neste sentido. Inclusive, o Acordo de Cartagena, no Artigo 1, menciona o objetivo de alcançar um mercado comum na América Latina.

Contudo, nesta análise temos o intuito de identificar as motivações que poderiam impulsionar um processo de integração com ênfase no gás natural entre os dois blocos econômicos. Para isto, consideramos que, desde o ponto de vista das teorias da economia internacional, podem ser identificados os ganhos tradicionais e os ganhos não tradicionais de um processo de integração regional, conforme citam autores tais como Raquel Fernández (1997) e Márcio Bobik Braga (2004). Entre os ganhos tradicionais citados por estes autores encontram-se a criação de comércio, o aumento e a atração dos investimentos externos e o incremento da eficiência produtiva por economias de escala que se ganham ao ampliar os mercados.

2.1. Os Ganhos Tradicionais

No marco da abordagem de ganhos tradicionais para a integração, aplicando esta categoria ao campo da energia - do gás natural, em particular - pode ser considerado o objetivo de buscar uma otimização na exploração, comércio e uso eficiente dos recursos energéticos que ambas regiões possuem.

Este estudo foca a atenção no gás natural, por tanto, devemos identificar, em primeiro lugar, o potencial de integração desta fonte de energia, comparando as reservas e os consumos, aos efeitos de interpretar os possíveis futuros fluxos de transporte. Na Tabela 1, vê-se logo que os países da CAN e do MERCOSUL+Chile representam uma parcela razoável dos recursos mundiais de gás natural. Com efeito, as reservas provadas de gás natural desta região totalizam em torno do 3,55% das reservas mundiais (ou seja, um montante da ordem de 6.230 bilhões de m³). Esta cifra pode não parecer *prima facie* relativamente muito grande, mas deve ser considerado que corresponde quase à metade de todas as reservas provadas do continente americano. A maior parte dessas reservas de gás (em torno de 85%) se encontra nos países da CAN, principalmente Venezuela (em sua maior parte, reservas associadas ao petróleo) e Bolívia (gás livre, em sua grande maioria). Esta situação de abundância de reservas provadas pode ainda melhorar no futuro próximo, considerando as altas taxas anuais de crescimento das reservas em Peru, Bolívia, Brasil e Venezuela e a recente descoberta da Petrobrás na bacia de Santos.

A pesar das reservas consideráveis de gás natural, o consumo de gás natural é relativamente pequeno na região. Os únicos países com consumos consideráveis na América do Sul são a Argentina e Venezuela (vide a Tabela 1), mas mesmo assim os montantes não superam os 35 bilhões de m³ por ano. À guisa de comparação, os Estados Unidos de América (o primeiro no mundo quanto ao consumo) consomem anualmente 624 bilhões de m³, enquanto que suas reservas não superam o nível das reservas venezuelanas. Alemanha e Itália consomem na casa dos 80 bilhões de m³ por ano, com reservas inferiores às do Brasil. Porém, é mais notável ainda que nos países com as maiores reservas provadas (Venezuela e Bolívia) a participação do gás natural na matriz energética é particularmente pequena. Na Venezuela, por exemplo, grande parte do gás é utilizada para recuperação melhorada do petróleo e não existe uma política clara para o gás. Na Bolívia, um dos motivos deste aparente paradoxo pode ser explicado – ao menos em parte – pelo fato das descobertas terem sido certificadas recentemente e pelo relativamente escasso desenvolvimento industrial desse país.

Também é notável que não existem gasodutos importantes interconectando os países da CAN. Em princípio pode-se pensar na Venezuela como um grande provedor de gás natural da região, mas existem restrições no incremento de produção, por ser gás associado ao petróleo (OLADE & Mercados Energéticos, 2003: 117 e ss.)

Por outro lado, é notável o incremento do consumo de gás que está registrando-se principalmente no Brasil e no Chile (vide Tab. 1), com base em importações de gás natural. Com relação a isto, 31,1 milhões de metros cúbicos

por dia (MCPD) estão sendo comercializados por gasodutos internacionais, dos quais uma média de 18 milhões de MCPD corresponderam a gás argentino exportado a Brasil, Chile e Uruguai em 2003 e o restante corresponde ao gás boliviano transportado ao Brasil no mesmo ano (BP, 2004). Considerando os níveis de crescimento do mercado de gás natural que os especialistas regionais (BID, 2001) prevêem para o ano 2010 (Tabela 2) para o MERCOSUL + Chile + Bolívia (320 milhões de m³ por dia no ano 2010, 120% a mais do que no início da década), pode-se estimar que existem possibilidades de impulsionar o comércio deste energético entre os países da CAN e do MERCOSUL + Chile. O gás natural venezuelano, boliviano ou peruano poderia substituir parte do petróleo que importam ou produzem os países da região, com ganhos para o meio ambiente (o gás natural é um combustível mais limpo que o carvão mineral e o petróleo, considerando a emissão de dióxido de carbono, o principal gás de efeito estufa) e para o desenvolvimento da indústria (o gás natural é insumo da moderna petroquímica) e para a expansão da geração elétrica.

Tabela 1 – Reservas Provadas e Consumo de gás natural como Energia Primária em América do Sul

Países	Reservas Provadas (2003)			Consumo de gás natural (Energia Primária)- Ano 2003			
	10 ¹² m ³	2003/1980	%	10 ⁹ m ³	2003/1993	Per capita	%
		% p.a.	do total mundial		% p.a.	m ³ /hab	do Consumo Final Total
Argentina	0,66	0,15%	0,4%	34,11	3,2%	984	50%
Bolívia (a)	0,81	8,60%	0,5%	1,6	7,70%	191	27%
Brasil	0,25	6,62%	0,1%	15,5	13,7%	88	6,7%
Chile	ND			7,2	11,25%	450	24%
Colômbia	0,11	-0,35%	0,1%	7,3	3,79%	173	19%
Equador	ND			0,1	ND	21	3%
Paraguai	0	0%	0%	0	0%	0	0%
Peru	0,25	9,29%	0,1%	0,8	1,70%	32	5%
Uruguai (a)	0	0%	0%	0,04	ND	11	1%
Venezuela	4,15	5,31%	2,4%	28,9	2,19%	1.174	46%
CAN	5,32	5,54%	3,0%	31,6			
MERCOSUL	0,91	1,16%	0,5%	49,65			
Total	6,23	4,6%	3,55%	88,45			

Notas: (a) Valores de consumo para o ano 2000. ND = Não disponível. Fontes: IEA/OECD, 2003 e BP, 2004

Tabela 2 – Demanda potencial e suprimento de gás natural no MERCOSUL + Chile + Bolívia – Ano 2010.

Abastecidos por (milhões de MCPD)									
Requerimentos de	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai	Outros	Demanda total	
	Argentina	147,7	0	0	0	0	0	147,7	46,36%
	Bolívia	0	6,6	0	0	0	0	6,6	2,07%
	Brasil	28,3	41	56,9	0	0	2,1	128,3	40,27%
	Chile	24,8	0	0	5	0	0	29,8	9,35%
	Paraguai	0	2,7	0	0	0	0	2,7	0,85%
	Uruguai	3,5	0	0	0	0	0	3,5	1,10%
	Oferta Total	204,3	50,3	56,9	5	0	2,1	318,6	100,00%
		64,12%	15,79%	17,86%	1,57%	0,00%	0,00%	0,66%	100,00%

Fonte: BID, 2001.

O estudo do BID, que se limita ao MERCOSUL + Chile + Bolívia, considera que o crescimento do consumo de gás natural trará consigo um aumento notável do comércio exterior do gás natural existente nesses países: de uns 40 milhões de metros cúbicos por dia atuais se passaria a um montante de 100 milhões de MCPD (vide Tabela 2). Argentina, Brasil e Bolívia seriam os grandes produtores. Argentina, Brasil e Chile continuariam sendo os grandes consumidores. Argentina e Bolívia se consolidariam como os grandes exportadores regionais. Por sua vez, Brasil diversificaria as importações, comprando da Bolívia e Argentina. Chile incrementaria as importações da Argentina. Uruguai incrementaria a importação de gás argentino. Além do mais, o estudo considera um novo consumidor na região: o Paraguai, que começaria a importar gás boliviano.

Com relação ao estudo do BID, cabe acrescentar ainda que o Peru poderia ser um ator importante exportando gás natural ao Chile, Equador e Brasil. Por outra parte, Venezuela poderia exportar GNL ao nordeste brasileiro. Outro elemento novo que não considerou esse estudo é o fato das recentes descobertas no Brasil, o que poderia mudar o nível de importação esperada de gás natural por parte deste país. Além do mais, estendendo a visão prospectiva à região

andina, certos estudos apontam que existem alguns projetos de gasodutos entre Peru e Bolívia, entre Peru e Brasil e entre Colômbia e Venezuela (OLADE & Mercados Energéticos, 2003:125).

O exposto acima não tem o intuito de esgotar as possibilidades de análise de possíveis intercâmbios regionais de gás natural, mas sim mostrar o potencial de otimização de produção e uso de recursos energéticos, como um ganho tradicional, do ponto de vista das teorias da integração regional.

Complementando a análise, deve ser salientado que o financiamento, a construção e operação de gasodutos - grandes obras de infraestrutura que requerem quantidades importantes de capital e um nível elevado de desenvolvimento tecnológico - poderia constituir um “nicho” para que se formem consórcios de empresas dos países sulamericanos, com potencial de alianças com empresas extra-regionais. Isto teria impactos positivos nas economias dos países pela atração de investimentos externos, movimentação de capitais entre os países e geração de empregos na região.

Ao mesmo tempo, alguns projetos de gasodutos podem estar relacionados com projetos de geração termoeletrônica em áreas onde a geração com outras fontes de energia seja inviável ou menos conveniente por razões ambientais, técnicas ou econômicas. De fato, tem-se notado uma grande relação entre projetos de gás natural e eletricidade na região (exemplos: a central de Uruguiana no Brasil e os projetos de gasodutos e geração elétrica no norte do Chile, em ambos casos com gás natural argentino).

2.2. Os Ganhos Não Tradicionais

De outro lado, as novas teorias da integração econômica regional identificam ganhos não tradicionais nestes processos. Entre os ganhos não tradicionais, Fernández (1997) cita o incremento da credibilidade dos países de um bloco regional na aplicação de políticas econômicas. Com efeito, os especialistas apontam que os acordos de integração regional reduzem o risco de que os governos dos países membros “mudem de idéia” ou não cumpram acordos ou promessas realizadas, mitigando assim o risco denominado de “inconsistência temporal” de políticas econômicas. Da mesma maneira, o fato de um processo de integração regional estar ocorrendo mostra a maturidade intrínseca dos países e acrescenta a percepção de credibilidade e estabilidade política da região.

Neste sentido, na área de energia, uma integração entre as duas regiões poderia reduzir os riscos de mudanças de política de um país (risco soberano) e reduzir as incertezas regulatórias. Neste sentido, cabe lembrar que os processos de integração intra-blocos têm levado a tomar medidas que prevêm uma futura harmonização de marcos legais e regulatórios (por exemplo: os *Memoranda* de Intercâmbio de eletricidade e gás natural aprovados no MERCOSUL em 1998 e 1999, respectivamente; e o Acordo de Interconexão Elétrica da CAN, aprovado em 2002). Cabe lembrar que ambos blocos possuem mecanismos para a solução de controvérsias que poderiam ser acionados em casos de conflito nos contratos, o que também reduz os riscos contratuais. Um caso recente de mudança de política se deu em 2004, quando o governo argentino restringiu as exportações de gás natural, dando prioridade ao mercado interno. Esta medida foi contrária aos acordos de exportação com Chile, Uruguai e Brasil. Uruguai e Brasil poderiam ter acionado mecanismos de solução de controvérsia previstos no MERCOSUL.

Na verdade, os procedimentos normativos do comércio exterior da energia ainda não estão consolidados no interior de ambos processos sub-regionais, mas se espera que seu aprofundamento, seja em nível intra-bloco ou inter-blocos, ajude a reduzir os riscos de câmbios unilaterais de política e estabeleça mecanismos claros para projetos de integração energética.

Uma integração com a região andina, não somente colaboraria no movimento de pressão a um país para não mudar as regras contratuais, senão também reduziria os riscos de desabastecimento das fontes de energia. Como foi dito anteriormente, os países da CAN têm abundantes recursos de gás natural. Por outra parte, não pode ser deixado de lado o fato de que o incremento de segurança e confiabilidade de abastecimento tem também consequências econômicas no sentido de requerer maiores investimentos. Isto deve ser equacionado nos estudos de viabilidade econômica.

Seguindo nossa análise, apontamos que o incremento de poder de barganha em negociações internacionais também é considerado um ganho não tradicional da integração econômica (Fernández, 1997: 19). Com efeito, pensamos que um bloco sulamericano com tão importantes e estratégicos recursos energéticos poderia, no caso de ter uma boa coordenação da política exterior, ter posicionamentos mais fortes em foros internacionais, ou bem posições mais vantajosas no momento de negociar exportações de gás a terceiros países ou outros blocos. Esta foi, segundo muitos especialistas (Faria & Cepik, 2003), um dos motivos pelos quais o governo brasileiro impulsionou na década de 1990 a integração sulamericana, perante as pressões para a criação da ALCA.

Outro elemento a ser considerado, refere-se à necessidade de refletir sobre um novo modelo de integração energética que permita criar melhores e mais equitativas condições de desenvolvimento para todas as partes envolvidas, promovendo uma relação ganha-ganha (dos Santos et al., 2004). A proposta nesta linha de pensamento apresenta a conveniência de desenvolver projetos industriais que promovam um melhor aproveitamento da cadeia de valor do gás natural por parte da maioria dos povos da região. Além do mais, no caso particular do gás natural - pelas restrições de transporte a longas distâncias que ele possui - os países exportadores têm a oportunidade de capitalizar-se por meio da interconexão física (gasodutos) com outros países consumidores, assim como pelo desenvolvimento de projetos industriais internacionais.

3- Conclusões

A utopia bolivariana do século XIX de uma grande nação na América Latina encontra de certa maneira eco nos processos de integração econômica regional do século XX. Os dois processos sub-regionais sulamericanos, a CAN e o MERCOSUL, avançaram – mas não sem percalços ocasionados pela predominância das relações bilaterais e as pressões para a criação da ALCA- e conseguiram assinar um acordo comercial inter-blocos em 2004.

Na área energética, embora existam exemplos de grandes projetos de integração física (Itaipu, Salto Grande, Yacyertá, o gasoduto boliviano-brasileiro, entre outros) realizados no passado, o “bilateralismo” fechado a processos de integração regional foi a tônica predominante no passado. Esses projetos foram realizados com base em negociações governamentais e bilaterais e, além do mais, tiveram como protagonistas quase exclusivamente os países do Cone-Sul (MERCOSUL + Chile + Bolívia). As propostas para uma integração de infraestruturas em nível sulamericano estão tomando forma mais concreta muito recentemente, com a criação da IIRSA (2002), que conta com o apoio do BID e da CAF -e que inclui a energia como um dos vetores da integração sulamericana.

Existem tanto ganhos do tipo tradicional como não tradicional para a integração regional na América do Sul, isto é, entre os países da CAN e do MERCOSUL + Chile. Entre as motivações tradicionais cita-se a otimização na exploração e uso dos grandes recursos energéticos (em particular o gás natural) que a região possui: os países da CAN (em particular Venezuela e Bolívia) possuem a metade das reservas de gás natural de todo o continente americano e o consumo deste recurso nos países sulamericanos é ainda ínfimo comparado com o mercado potencial. Entre os ganhos não tradicionais têm-se, por exemplo: a redução das incertezas e riscos regulatórios da “inconsistência temporal” das políticas internas dos países membros de acordos regionais. Espera-se que a construção de instrumentos jurídicos consistentes e mecanismos de proteção de investimentos e contratos entre os países membros de um acordo regional, assim como o aprofundamento de um processo de institucionalização adequado e confiável, permitam a criação de um ambiente favorável para promover – principalmente com participação do capital privado - projetos de integração energética. Além do mais, a maturidade dos países que reflete o avanço da integração regional incrementa a percepção de confiabilidade e credibilidade de outros países ou blocos de países. Contudo, para que isto aconteça é necessário ainda que se produza a construção e consolidação de um arcabouço institucional e jurídico na região, em particular na área da energia. Os avanços neste sentido ainda são insuficientes para atrair grandes investimentos de maneira sustentável.

Finalmente, reafirmamos a necessidade de pensar um novo modelo de integração energética que permita criar melhores e mais equitativas condições de desenvolvimento para todas as partes envolvidas numa relação ganha-ganha mais justa. Deve-se procurar impulsionar o crescimento socioeconômico de todas as partes envolvidas, promovendo um melhor aproveitamento da cadeia de valor do setor energia por parte dos povos da região. Uma visão meramente de extração do recurso energético primário de outro país deve ser superada e deve buscar-se mecanismos que incentivem as parcerias de empresas dos países mais desenvolvidos da região nos países menos desenvolvidos, procurando assim uma distribuição mais justa das rendas na cadeia de valor do gás natural. Só assim poder-se-á falar de integração regional, quando os benefícios sejam compartilhados por todos.

4. Referências

- ALMEIDA, P. R. de. O Brasil e o futuro do Mercosul: dilemas e opções. In: CASELLA, P. B. (coord.). *MERCOSUL: Integração Regional e Globalização*, Rio de Janeiro: Renovar, pp. 13 a 38., 2000.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). *La Integración Energética en el Mercosur ampliado*. Documento de Discussão, Washington D.C., 2001. Disponível em: www.irs.org. Acesso em: 05 nov. 2004.
- BRITISH PETROLEUM (BP). *BP Statistical Review of World Energy* - Junho de 2004
- BRAGA, M. B. Motivações em Processos de Integração Econômica Regional (in separata). Versão divulgada pelo autor no curso de Integração Econômica do Programa Interunidades de Pós-graduação em Integração Latino-americana (PROLAM) – USP, 2004.
- DOS SANTOS, E. M.; NAUM MAZZAFERRO, M. A.; e OXILIA, V. *Trans-boundary Industrial Integration between Bolivia and Brazil*. Oil, Gas & Energy Law Intelligence, www.gasandoil.com/ogel/ Issue : Vol. 2 - issue 4, 2004.
- FARIA, C.A.P. & CEPIK, M.A. O bolivarismo dos antigos e o bolivarismo dos modernos. O Brasil e a América Latina na década de 1990. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol.4. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, pp.349-389, 2003.
- FERNÁNDEZ, R.. *Returns to Regionalism: na evaluation of non-traditional gains from RTAs*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, Working Paper 5970, 1997.
- International Energy Agency (IEA)/OECD. *South American Gas - Daring to Tap the Bounty*, 2003.
- OLADE Organización Latinoamericana de Energia (OLADE) & Mercados Energéticos. *La Situación Energética en América Latina*. Relatório preparado para a Corporação Andina de Fomento, 2003. Disponível em: www.irs.org. Acesso em: 05 nov. 2004.
- VINNER, J. *The Customs Union Issue*. Carnegie Endowment for International Peace. New York. 1950.